

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A lotação da Delegação Marítima de Vila Franca de Xira passa a ser a seguinte:

1 Delegado marítimo (oficial do secretariado naval ou da classe de manobra).

2 Cabos de mar, sendo um para a margem norte do rio Tejo e outro para a margem sul.

1 Servente.

Além d'este pessoal, as praças do efectivo da armada que forem necessárias para tratar da conservação do material marítimo que fica a cargo da Delegação.

Art. 2.º É mantida a área da jurisdição da Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, estabelecida no artigo 2.º do decreto n.º 11:040, de 25 de Agosto de 1925.

Art. 3.º A esta Delegação compete, além de todo o serviço que às demais delegações marítimas está distribuído pelos regulamentos em vigor, a execução do disposto no artigo 2.º do decreto n.º 15:503, de 23 de Maio de 1928.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Junho de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmento—Aníbal de Mesquita Guimardes—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Bacelar Bebiano—Duarte Pacheco—Joaquim Nunes Mexia.

n.º 14:488, de 27 de Outubro de 1927, os vendedores dos artifícios pirotécnicos designados no artigo 7.º do mesmo decreto, quando o peso total desses artigos em depósito não exceda 5 quilogramas.

Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1928.—O Ministro do Comércio e Comunicações, José Dias de Araújo Correia.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Gabinete do Ministro

#### Decreto n.º 15:574

Para o integral cumprimento do artigo 4.º do decreto n.º 12:007 e para os efeitos da sua melhor execução, usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O certificado da fiscalização e exportação do Entreponto, a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 12:007, será nos termos e igual ao modelo constante d'este decreto.

Art. 2.º Este certificado, sem o qual se não poderá efectuar qualquer despacho de exportação de vinhos generosos do Douro, deverá ser passado em inteira harmonia com as disposições legais vigentes que estabeleceram e regulam os certificados de origem a cargo da Comissão de Viticultura da Região do Douro, conter as assinaturas do inspector da fiscalização da mesma comissão em Gaia e do competente funcionário da Alfândega do Porto e ser autenticado com os respectivos selos em branco.

Art. 3.º Tal certificado é o único documento que, para efeitos de exportação, terá juridicamente força probatória como certificado da marca de origem «Vinho do Porto».

Art. 4.º Fica o Ministro da Agricultura autorizado a expedir de acôrdo com o Ministro dos Negócios Estrangeiros as disposições regulamentares que forem necessárias à execução do disposto no presente decreto com força de lei, mormente as que têm por fim o seu cumprimento por parte de todas as autoridades e agentes diplomáticos e consulares de Portugal no estrangeiro.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 6 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdés de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—José Alfredo Meudes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.

## MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

### Direcção Geral das Indústrias

#### 1.ª Repartição Industrial

##### Portaria n.º 5:421

Considerando que a licença exigida pelo artigo 5.º do decreto n.º 14:488, de 27 de Outubro de 1927, não é aplicável aos pequenos comerciantes que só durante uma pequena parte do ano e em diminutas quantidades vendem fogos de artifício;

Convindo limitar as quantidades dos mesmos artigos pirotécnicos, de perigo diminuto, dentro das quais os comerciantes ficam isentos da licença nos termos do artigo 5.º do decreto citado:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, que sejam isentos da licença a que se refere o artigo 5.º do decreto



REPÚBLICA PORTUGUESA

## ENTREPOSTO DE GAIA

## Certificado de origem de Vinho do Pôrto

*Certificat d'origine du Vin du Pôrto  
Origine's certificate of Port Wine  
Ursprungszeugnis für Portwein*

*Certificamos que o vinho exportado por*  
*Nous certifions que le vin exporté par . . . . .*  
*We do hereby certify, that the wine exported by*  
*Wir bestätigen, dass der ausgeführte Wein für*

*pelo vapor.....*  
*par le bateau.....*  
*by s/s .....*  
*Durch den Dampfer*

*na totalidade de.....*  
*de la totalité de .....*  
*to the amount of .....*  
*in der Gesamtmenge von*

*conforme consta do despacho n.º*  
*suivant dépêche de la douane n.º.....*  
*according the despatch n.º .....*  
*Gemäss Zollrechnung n.º .....*

*autêntico Vinho do Pôrto.*  
*authentique Vin du Porto.*  
*genuine Port-Wine.*  
*Echter Portwein bezeichnet wird.*

*para*  
*pour*  
*for*  
*nach*

*litros, com as marcas e nas vasilhas abaixo declaradas,*  
*litres, avec les marques et dans les futailles ci-dessous déclarées,*  
*liters, with the marks and in the casks as stated below,*  
*liter, laut unten spenstifizierten Marken und Gefässen,*

*é vinho do Douro, considerado pela legislação portuguesa*  
*c'est du vin de Douro, suivant la législation portugaise*  
*it is Douro wine, considered by the Portuguese legislation*  
*wein von Douro ist, welcher nach portugiesischem Gesetz als*

O Inspector da Fiscalização da Comissão de Viticultura  
da Região do Douro.

A autoridade aduaneira,



Marcas Marques Marken Marken	Número Nombre Number Nummer	Vasilhas Futailles Casks Gefäss		Peso Poids Weight Gewicht		Litros Litres Liter Liter	Observações Obs. Obs. Obs.
		Qualidade Qualité Quality Art	Quantidade Quantité Quantity Menge	Bruto Brut Gross Brutto	Líquido Net Netto		
(a)		Pipa Pipe Pip Flascer	1 1/2 1/4 1/8 1/16 ...				
		Barril					
		Caixas de					
			garrafas				
		Total . . . .					
		Totalité . . . .					
		Totale . . . .					
		.....					

(a) Especificação das marcas no verso.  
*Spécification de marques au verso.*  
*Specification of Marks as per back.*  
 ...

## **ESPECIFICAÇÃO**

## *Spécification*

Marcas a fogo Marques au feu Brands Brandmarke	Marcas Marques Marks Marken	Pipas Pipes Pipes Fässer					Caixas Caisse Cases Kisten
		1	1/2	1/4	1/8	1/16	
Legislação Decreto n.º 15:500	Législation	Legislation	Gesetz				
Art. 2º Este certificado, sem o qual se não poderá efectuar qualquer despacho de exportação de vinhos generosos do Douro, deverá ser passado em inteira harmonia com as disposições legais vigentes que estabeleceram e regulam os certificados de origem a cargo da Comissão de Viticultura da região do Douro, conter as assinaturas do inspector da fiscalização da mesma comissão em Gaia e do competente funcionário da Alfândega do Porto, e ser autenticado com os respectivos selos em branco.	Art. 2º Ce certificat, sans lequel on ne pourra pas faire aucun dépêche d'exportation de vins spiritueux du Douro, doit être livré suivant les dispositions légales en vigueur qui ont établi et qui régulent les certificats d'origine dont est chargé la Commission de Viticulture de la région du Douro, il doit contenir les signatures de l'inspecteur de la fiscalisation à Gaia de la même commission et du fonctionnaire compétent de la douane du Pôrto, il doit aussi être legalize avec les blanc-seings respectifs.	Art. 2º This certificate, without which no exportation dispatch of generous Douro wines can be realized, must be issued according to the legal dispositions in vigour, which established and regulate the origin certificates issued by the «Comissão de Viticultura» of the Douro region, it must contain the signatures of the superintendence inspector of the same commission in Gaia, and of the competent functionary of the O'Porto Custom House; it must also be legalized with the embossed stamp.	Art. 2º Dieses Zertifikat, ohne das keine Export Erlaubnisfuer Weine erteilt werden kann, die aus dem Douro Gebiet stammen mussz in derselben Form ausgestellt werden wie die augenblicklich in Kraft befindlichen gesetzlichen Bestimmungen dies fuer die Ursprungsergebnisse der Kommission de Viticulture des Douro Gebietes vorschreiben und regeln, sowie die Unterschriften des Inspektors der Fiskalisation in Gaia und die des zustaendigen Beamten der Zollbehörde in Porto enthalten und mit den entsprechenden Reliefstempeln versehen sein.				
Art. 3º Tal certificado é o único documento que para efeitos de exportação terá juridicamente força probatória como certificado da marca de origem Vinho do Porto.	Art. 3º Ce certificat est l'unique document qui aura juridiquement force probatoire pour les effets d'exportation comme certificat de la marque d'origine «Vinho do Porto».	Art. 3º Such a certificate is the only document possessing legal probatory force for exportation effects, as certificate of the origin mark «Vinho do Porto».	Art. 3º Dieses Zertifikat ist das einzige Dokument, das fuer Export-Zwecke gerichtliche Beweiskraft hat, dass die Ursprungsmarke «Vinho do Porto» zu Recht besteht.				